



Projeto Educativo do Agrupamento



Projeto Educativo

Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó - Bombarral

março de 2019

Versão aprovada em:

Conselho Pedagógico de 21 de março de 2019

Conselho Geral de 04 de abril de 2019

Projeto Educativo

Índice

Índice	4
I. Introdução	6
Porquê este projeto?	6
I-A. Nota explicativa	8
Escola ou Agrupamento?	8
II. Contextualização do Agrupamento	9
Quem somos?	9
Onde estamos?	9
Como trabalhamos?	9
1. Titularidade	9
2. Níveis de Ensino	9
3. Localização e Zona Geográfica de Influência	9
4. Breve enquadramento histórico do Bombarral	10
5. Situação Socioeconómica e Cultural do Bombarral	11
6. Equipamentos escolares, culturais, recreativos e desportivos	12
7. A escola sede do Agrupamento	13
8. Caracterização da População Escolar	14
9. Caracterização do Corpo Docente	15
10. Caracterização do Pessoal não Docente	16
11. Parcerias / protocolos	16
12. Recursos disponíveis	19
13. Dados estatísticos	21
III. A nossa missão	24
Que função temos na Comunidade?	24
IV. A nossa visão	25
Onde queremos chegar	25
V. Os nossos princípios e valores	26
Que escola queremos ser?	26
VI. Linhas gerais de atuação	30
Como vamos fazer?	30
Opções estruturantes de gestão curricular	30
Educação sexual	32

Critérios para a constituição de turmas	33
Atividades / Plano Anual de Atividades	33
Avaliação e Resultados escolares	34
Disciplina	35
Serviço educativo / responsabilidade social	36
Compromisso com a melhoria	41
VII. As nossas preocupações imediatas	42
Que problemas temos que resolver?	42
1. Articulação	42
2. Serviço Educativo	43
2.1. Oferta educativa e formativa	43
2.2. Resultados escolares	44
2.3. Desenvolvimento de projetos	45
2.4. Relação com os pais e encarregados de educação	45
2.5. Edifícios escolares	46
3. As Pessoas	47
3.1. Pessoal Docente	47
3.2. Pessoal não docente	48
3.3. Alunos	49
3.4. Relações humanas	50
3.5. Indisciplina	51
4. Relação com a Comunidade	52
VIII. O que pretendemos	53
Que metas e que objetivos a atingir?	53
Metas a atingir nos próximos 3 anos	53
Objetivos estratégicos e operacionais	54
IX. Como vamos atuar	57
Que instrumentos vamos utilizar?	57
X. Pontos fortes e pontos fracos	58
Análise SWOT	58
XI. Avaliação do projeto	59
Até onde chegámos?	59
XII. Revisão do projeto	59
Que novos caminhos seguir?	59
Anexo	60
Dados estatísticos	60

I. Introdução

Porquê este projeto?

Este documento constitui-se como segunda revisão daquele que foi o primeiro Projeto Educativo elaborado no contexto do alargamento do Agrupamento a todos os estabelecimentos públicos de educação do concelho de Bombarral e que foi, também, o primeiro na vigência do modelo de gestão estabelecido pelo Decreto-Lei 75/2008. Dez anos volvidos, à semelhança do primeiro, continua a ter por ambição constituir-se como projeto autenticamente de Agrupamento, procurando-se a definição de uma estratégia de ação absolutamente vertical e integradora de todos os níveis e modelos de educação/formação.

O Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, no seu artigo 9.º, refere-se ao Projeto Educativo como *“o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa”*.

Estamos, portanto, perante um importantíssimo instrumento de autonomia que deverá orientar toda a ação educativa do Agrupamento, constituindo-se como referencial das tomadas de decisão em termos de gestão de recursos, planificação de atividades, desenvolvimento de projetos e coordenação de toda a atividade pedagógica.

Tendo por base os princípios e valores preconizados e as linhas gerais de atuação estabelecidas, deveremos canalizar esforços no sentido da consecução das metas e objetivos definidos. São, também, estabelecidas algumas linhas estratégicas conducentes à correção/melhoria de situações insatisfatórias identificadas, sem prejuízo do Plano de Melhorias em elaboração .

A atual revisão do Projeto teve início no final do ano letivo 2017/2018, com a constituição de uma equipa de autoavaliação que, através da implementação do modelo CAF Educação, fez um diagnóstico e elaborou um relatório de avaliação.

Foram, igualmente, tidos em consideração os sucessivos Relatórios de avaliação dos Planos Anuais de Atividades, os contributos dos Departamentos Disciplinares, o Projeto de Intervenção do Diretor e os contributos de toda a Comunidade através de formulário on-line.

Outras fontes inspiradoras do diagnóstico foram, ainda, as estatísticas dos resultados escolares, nomeadamente dos últimos dois anos, assim como outros dados estatísticos do MEC (MISI) e do INE. Esta informação foi alvo de atualização no contexto da revisão.

Uma Comissão constituída por elementos do Conselho Pedagógico tratou a informação e elaborou um conjunto de propostas de alteração, as quais foram analisadas e discutidas em Conselho Pedagógico.

Por fim, a atual revisão é fortemente marcada pelo surgimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e pela publicação do Decretos-Lei n.º 54/2018 e 55/2018.

I-A. Nota explicativa

Escola ou Agrupamento?

Prolifera no documento o conceito de escola sinónimo de agrupamento, bem como muitas referências ao Agrupamento tendo em vista, globalmente, o conceito de escola em abstrato.

Consideramos, por conseguinte, essencial que se proceda ao esclarecimento prévio da conceção que esteve subjacente à terminologia utilizada.

O Agrupamento de Escolas Fernão do Pó é muito mais do que um mero agregado de estabelecimentos de ensino. É uma Organização com órgãos próprios e um conjunto de recursos humanos que trabalham em prol de objetivos comuns, orientados por um Projeto Educativo único. Estamos, portanto, perante uma Escola cuja comunidade se distribui por vários estabelecimentos e níveis de ensino, mas que se regem pelos mesmos princípios, valores e regras. Isto é, têm a sua ação orientada pelo mesmo Regulamento Interno e pelo mesmo Projeto Educativo.

A lógica subjacente à construção do Projeto Educativo considera a totalidade do percurso educativo/formativo dos alunos, partindo do princípio de que, em abstrato, a maioria dos alunos inicia o seu percurso nos Jardins do Agrupamento e aqui conclui a sua formação de nível secundário.

É igualmente valorizada a componente de formação ao longo da vida. A educação e a formação dos adultos são encaradas como uma valência importante e estratégica no cumprimento da missão do Agrupamento junto da comunidade.

II. Contextualização do Agrupamento

Quem somos?

Onde estamos?

Como trabalhamos?

1. Titularidade

Escola pública não confessional.

2. Níveis de Ensino

Agrupamento vertical com todos os níveis de ensino. Integra um Centro Qualifica (CQ).

3. Localização e Zona Geográfica de Influência

O Agrupamento serve todo o concelho do Bombarral.

Situado na zona Centro do país, Bombarral pertence ao distrito de Leiria, situando-se entre os concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha, Cadaval e Lourinhã. Pertence à NUT III – Oeste e integra a CIM Oeste.

As principais acessibilidades que servem o concelho são a A8, a EN361, a EN8 e a Linha do Oeste, que permitem o acesso a Óbidos e Torres Vedras. Bombarral situa-se a cerca de 75 quilómetros de Leiria e outros tantos de Lisboa, ficando geográfica e estrategicamente posicionado no centro da Região Oeste.

O Bombarral encontra-se, pois, entre dois importantes núcleos urbanos do Oeste - Caldas da Rainha e Torres Vedras – para cujas escolas secundárias e/ou profissionais se deslocam aqueles que não encontram no Bombarral a resposta certa para a sua vocação o que, associado ao facto de o Bombarral ser um concelho pequeno e pouco populoso coloca ao Agrupamento alguns problemas relativamente à diversificação da oferta formativa ao nível do Ensino Secundário. Ainda assim, numa lógica de rede educativa de ofertas de educação e formação, o Agrupamento também capta alunos de concelhos vizinhos tais como Cadaval, Lourinhã e Óbidos, situação pouco expressiva devido à deficiente rede de transportes públicos e, por vezes, desajuste dos respetivos horários à realidade escolar.

Ao nível do público adulto, o Centro Qualifica Fernão do Pó tem a sua atividade estendida aos concelhos de Cadaval e Óbidos, através de protocolo com escolas da rede pública e outras entidades.

4. Breve enquadramento histórico do Bombarral

A região do concelho de Bombarral é habitada desde a pré-história por povos que se instalaram nas redondezas e que foram deixando os seus vestígios físicos e espirituais.

Há no concelho vestígios arqueológicos valiosos (grutas do paleolítico e um castro), ainda não totalmente explorados, mas que evidenciam a ocupação deste espaço desde tempos muito remotos. Todos os períodos da História de Portugal deixaram marcas nas terras e nas gentes do Concelho de Bombarral. Os Castros (S. Mamede, Columbeira, ...) testemunham a vida rude dos tempos pré-romanos. Vários vestígios assinalam as grandes transformações económico-sociais e culturais da Romanização. Existem sinais e evidências do período de ocupação visigótica e árabe. Na Reconquista e formação de Portugal, estas terras situadas numa área de constantes avanços e recuos cristãos e árabes (*Estremadura*), foram marcadas pela instabilidade e pelas lutas e, em seguida, pelo esforço de colonização e organização do território definitivamente reconquistado.

Aqui se fixaram grupos de colonos vindos de várias zonas da Europa, sobretudo francos, a quem os nossos reis concederam terras para desbravar e povoar. Nesse esforço de colonização, aqui se fez sentir, também, a ação dos Monges de Alcobaça que, no século XIII, fizeram uma série de transações e aforamentos nas terras “*de Bombarral*”, então pertença do respetivo mosteiro. Documentos dos primeiros séculos da História de Portugal atestam a importância estratégica, religiosa, social e económica do Carvalhal e da Roliça na ligação a Óbidos, durante muito tempo a povoação mais importante desta região. Episódios significativos aqui tiveram lugar na Crise de 1383-85. Por estas terras passaram D. João de Castela com suas tropas e o Mestre de Avis, havendo vozes a favor e contra uma e outra causas (Pedro Esteves e Luís Henriques).

Aqui sentiu-se o esforço de desenvolvimento dos séculos XV/XVI, através da drenagem das terras alagadiças (pauis) da Delgada, Roliça e Pó e da ação meritória da Rainha D. Leonor.

O Bombarral foi terra de grandes senhorios: os Henriques, por doação de D. João I ao seu fiel servidor Luís Henriques; os Motas, família do célebre Anrique da Mota, Juiz de

órfãos e animador dos serões da Corte de D. João III, de quem foi igualmente escrivão mor; os Cunhas e Coimbras; os Gorjões. Toda a história do Bombarral, nestes séculos, gira à volta das herdades senhoriais. Muitos dos nossos antepassados participaram na expansão portuguesa (séculos XV-XVI) e na colonização das Ilhas Atlânticas e do Brasil (séculos XVI e seguintes) como é o caso de Fernão do Pó, Martim Afonso de Melo, os Lafeté e tantos anónimos. As Invasões Francesas atingiram fortemente esta região que foi palco de um dos seus mais importantes episódios: a Batalha da Roliça. A revolução Liberal em 1820, a construção da Estrada (Lisboa – Torres Vedras – Caldas da Rainha) em 1878, o caminho-de-ferro em 1887 e a rica atividade da viticultura (já importante no século XVI, segundo testemunho de Anrique da Mota) abriram decisivamente as portas do progresso ao Bombarral, tornando-se dinâmica vila de comerciantes, de serviços, de negociantes e industriais do vinho e seus derivados. Aqui se formaria, em consequência destas transformações ligadas ao avanço do capitalismo na agricultura, um importante núcleo republicano que lutou com abnegação pelos novos ideais e pelo novo regime implantado em 5 de Outubro de 1910.

Seria a República a elevar o Bombarral a sede de Concelho em Março de 1914, tomando posse a primeira Câmara eleita em 29 de Junho desse mesmo ano. Até então o Bombarral pertencia ao Concelho de Óbidos, tendo passado para o do Cadaval no período de 1836 a 1855, com a Reforma Administrativa de 1836.

5. Situação Socioeconómica e Cultural do Bombarral

O concelho de Bombarral tem uma população de cerca de 13 200 habitantes e é constituído por quatro freguesias, todas elas marcadas por uma enorme ruralidade associada, muitas vezes, a um marcado envelhecimento populacional e baixos índices de escolarização. Em 2001, a taxa de analfabetismo no concelho era de 11,6%, tendo diminuído para 6,4 % em 2011. Já quanto à população habilitada com curso superior, o Bombarral encontra-se abaixo das médias nacionais e regionais nos três indicadores utilizados pelo INE (frequência, curso incompleto e curso concluído). Não obstante, o número de licenciados quase que duplicou relativamente aos censos de 2001.

O concelho teve, até finais do século XX, a sua atividade económica centrada no sector primário, com particular destaque para a cultura da vinha e produção do vinho - um dos

produtos mais reconhecidos e apreciados da zona. A Adega Cooperativa do Bombarral é, aliás, a mais antiga do país.

Atualmente, de acordo com dados de 2011, a população ativa do concelho tem a sua ocupação predominantemente no sector terciário, com o peso também significativo do setor secundário.

Porém, a ruralidade bem marcada, as raízes agrícolas do concelho e a tradição de terra de bons vinhos, conferem ao Bombarral um estatuto que carece de novas abordagens, numa lógica de modernidade e de exploração da vertente turística.

Ainda no setor agrícola, o Bombarral procura afirmar-se como principal produtor da famosa pêra rocha a qual se vai constituindo como imagem de marca do concelho.

Do ponto de vista cultural, são as coletividades do concelho quem imprime alguma dinâmica a nível local. Entre elas destaca-se o Círculo de Cultura Musical Bombarralense e o Sport Clube Escolar Bombarralense, não apenas pela sua história e missão, mas pelo número de pessoas que mobilizam.

Outras dinâmicas culturais surgem em torno do Museu Municipal, da Biblioteca e Auditório Municipal, do Teatro Eduardo Brazão e do próprio Agrupamento.

6. Equipamentos escolares, culturais, recreativos e desportivos

- Estabelecimentos utilizados pelo Agrupamento
- Anfiteatro Municipal
- Auditório Municipal
- Auditório da Caixa de Crédito Agrícola
- Biblioteca Municipal
- Museu Municipal
- Teatro Eduardo Brazão
- Kiro-Kartódromo Internacional da Região Oeste
- Bacalhôa Buddha Eden
- Piscina Municipal do Bombarral
- Pavilhão Desportivo Escolar e Municipal
- Sede do Sport Clube Escolar Bombarralense

- Estádio Municipal
- Círculo de Cultura Musical Bombarralense
- Diversas Associações disseminadas pelo concelho

7. A escola sede do Agrupamento

O edifício da antiga Escola Secundária de Bombarral entrou em funcionamento no ano letivo de 1978/79 e incluía, na altura, a Escola Preparatória de Bombarral.

Na então Escola Preparatória funcionava não só o Ciclo Preparatório – 5.º e 6.º anos de escolaridade – mas também o Ensino Secundário Unificado – 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade. Em 1980/81 começou a funcionar na escola o Ensino Secundário Complementar – 10.º e 11.º anos de escolaridade. A Escola aproximou-se então do milhar de alunos, o que veio a criar graves dificuldades de capacidade e a acentuar os problemas de “convivência” entre vários e diferenciados níveis de ensino no mesmo edifício escolar. Em 1982 é decidida a criação da Escola Secundária do Bombarral e em 1983 tem início a construção do edifício da antiga Escola Básica Fernão do Pó. Em 1984/85, a Escola Preparatória mudou-se para o novo edifício e a Escola Secundária iniciou o seu funcionamento, ocupando as instalações deixadas.

O contínuo aumento do número de alunos, a que não é estranha a abertura do 12.º ano de escolaridade e de diferentes cursos do Ensino Secundário, levaram a que a Escola Secundária ultrapassasse o milhar de alunos no início dos anos 90.

O facto de um tão elevado número de alunos funcionar numa Escola prevista para cerca de 700 alunos em 24 turmas, bem como a transformação em Escola Secundária de uma construção concebida para Escola Preparatória, forçaram a realização continuada de alterações na tipologia e na organização de espaços do edifício escolar, nomeadamente:

- construção de duas novas salas.
- transformação de várias instalações sanitárias de alunos em arrecadações, gabinetes de trabalho e salas de aula.
- transformação de gabinetes de trabalho em salas de aula e de arrecadações em espaços administrativos.
- construção de balneários anexos à Escola.
- Frequentes alterações dos espaços destinados às salas de professores e à biblioteca e mediateca.

Em 2007, o edifício sofreu uma intervenção significativa que consistiu na substituição da rede de águas e esgotos, arranjos exteriores diversos que incluíram a recuperação do campo desportivo e a construção de um novo bloco de balneários, pintura e substituição de caixilharias e coberturas. A intervenção orçou em cerca de 1,5 milhões de euros e previa uma última fase que consistia no arranjo e remodelação do interior do edifício, com projeto já definido.

Em 2008, ambos os edifícios encontravam-se degradados, sobrelotados e carentes de intervenção urgente que os adaptasse à realidade e exigências da escola de hoje. Uma das razões que, alegadamente, estiveram na base da decisão tomada pela Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo no sentido de promover a fusão das duas escolas integrando-as, de forma unitária, no Programa de Modernização das Escolas Secundárias promovido pela Parque Escolar EPE.

A fusão foi determinada em Fevereiro de 2008, passando a nova escola, agora com a tipologia de Básica e Secundária, a ser a sede do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó, o que veio a formalizar-se em Junho daquele ano com a nomeação de uma Comissão Administrativa Provisória que assumiu, de forma transitória, a direção do Agrupamento na sua nova constituição.

Em 2012 terminaram as obras de modernização que, para além da remodelação total dos espaços existentes, consistiu na construção de um novo corpo (integra diversos laboratórios, um auditório e uma biblioteca) que estabelece a ligação entre os edifícios originais e um novo bloco no extremo norte do edifício Nascente, destinado às artes.

8. Caracterização da População Escolar¹

Nacionalidade

Se incluirmos a nacionalidade portuguesa (esmagadora maioria dos alunos), existem no Agrupamento 19 nacionalidades diferentes. De entre os cerca de 57 alunos de nacionalidade não portuguesa destacam-se, pelo número, os de nacionalidade brasileira (21%) e angolana (15 %).

¹ Os dados disponíveis relativamente aos alunos não incluem a população pré-escolar

Contexto sociocultural das famílias

Escolaridade dos pais

Os dados disponíveis, e considerando os que têm formação conhecida, apontam para níveis de escolarização ainda relativamente baixos, com evolução claramente positiva nos últimos anos. Cerca de 0,3% dos pais não possui formação escolar e 8,4% possuem apenas o 1.º ciclo. Aproximadamente 29% dos pais possui o Ensino Secundário e 14,9% tem formação superior.

Profissão dos pais

Embora exista uma grande dispersão pelos vários setores de atividade, verifica-se que, apesar da relativamente baixa escolarização, um número significativo de pais são identificados como trabalhadores qualificados. Verifica-se algum destaque da agricultura como sector empregador, embora claramente suplantado, por exemplo, pelo sector dos serviços.

Alunos subsidiados

Cerca de 44% dos alunos do Agrupamento são subsidiados pela Ação Social Escolar, de entre estes alunos a maioria (55%) tem escalão A.

Acesso às novas tecnologias

Cerca de 60% dos alunos têm computador em casa e 54% têm acesso à internet.

9. Caracterização do Corpo Docente

No Ano Lectivo de 2018/2019, Agrupamento tem ao serviço o seguinte corpo docente:

Quadro de Agrupamento: 127

Quadro de Zona Pedagógica: 10

Docentes Contratados: 8

Técnicos especializados: 6

Docentes com 10 ou mais anos de serviço: 138

Docentes com idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos: 74

Docentes com mais de 50 anos: 80

10. Caracterização do Pessoal não Docente

Assistentes Técnicos: 11

Assistentes Operacionais: 53 (21 dos quais da Câmara Municipal)

Técnicos superiores: 4

11. Parcerias / protocolos

Muitas entidades colaboram e/ou participam na formação dos nossos alunos em particular e na concretização do nosso Projeto Educativo em geral.

São entidades que recebem alunos em estágios, com quem temos protocolos de cooperação, de quem somos parceiros em projetos específicos, de quem recebemos donativos ou com quem simplesmente partilhamos projetos e iniciativas. Todos são importantes e a todos devemos agradecer o facto de estarem connosco, de partilharem os nossos objetivos, de participarem na construção de uma verdadeira comunidade educativa.

Alguns exemplos:

Bombeiros Voluntários do Bombarral

Parceiro no domínio da Educação Para a Saúde e Segurança.

Câmara Municipal de Bombarral

Entidade acolhedora de estagiários e apoio ao Desporto Escolar a nível de transportes. Parceiro estratégico no Pré-escolar, no 1.º Ciclo, na Redes de Bibliotecas do Bombarral e no Programa Eco-escolas.

Câmara Municipal do Cadaval

Protocolo de cooperação no domínio da formação profissional, nas áreas do Turismo e Hotelaria. Parceiro na Rede de Bibliotecas do Bombarral.

Câmara Municipal de Óbidos

Protocolo de cooperação no domínio da formação profissional, nas áreas do Turismo e Hotelaria.

Câmara municipal da Lourinhã

Protocolo de cooperação no domínio da formação profissional, nas áreas do Turismo e Hotelaria.

Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha (ANP)

Projeto Educativo

Protocolo de cooperação no domínio da formação profissional, nas áreas do Turismo e Hotelaria.

Caldas Rugby Clube

Protocolo de cooperação no domínio da formação profissional, na área do Desporto.

Centro de Competência Entre Mar e Serra

Parceiro no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação, apoio a projetos e formação de professores

CCRDL

Parceiro no âmbito do Centro de Recursos para a inclusão (CRI)

Centro de Saúde de Bombarral

Parceiro no domínio da Educação Para a Saúde e Saúde Escolar

Conservatório de Música de Caldas da Rainha

Parceiro no âmbito do ensino articulado da música

Clínica Pediátrica de Caldas da Rainha

Protocolo no âmbito das terapias e valências técnicas especializadas

CREIAS Oeste

Entidade homologada pela ONU que reúne diversas instituições do Oeste nos domínios do ensino superior, investigação, educação, etc. Tendo em vista a promoção da educação para a sustentabilidade.

Entidades acolhedoras de estagiários

Areiagold, SA

Companhia Agrícola do Sanguinhal, Lda.

Edgars/Derived Connections

Empresa das Águas do Vimeiro, S.A.

Fundação INATEL

Gracentur, Grande Centro Turístico Lda

Hóteis Cristal, S.A.

Hotel da Praia, Gestão e Exploração de Hoteis, S.A

Macorrilho Projetos Hoteleiros, Lda

MaisFitness - Alwayswonder Lda

Mercador do Tempo, Lda

Portugal Fresh

Quinta do Gradil

Royal Óbidos - Promoção e Gestão Imobiliária e Turística SA

Sana Silver Coast

Summer Camp I, SA

Tapada Nacional de Mafra

Tempo de Aventura - Animação e Gestão de Espaços

Termas da Piedade, Lda.

Vila Galé - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, SA

Agrupamentos de Escolas do Cadaval e Óbidos

Protocolo no âmbito do Centro Qualifica

EPIS - Empresários Pela Inclusão Social

Desenvolvimento de projetos / implementação LEAN

Escola Superior de Desporto de Rio Maior – IP Santarém

Parceria estratégica no âmbito da formação na área do Turismo e Hotelaria. Cooperação noutros domínios de educação e formação.

Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar – IP Leiria

Parceria estratégica no âmbito da formação na área do Turismo e Hotelaria. Cooperação noutros domínios de educação e formação.

GroundLink

Patrocinador oficial da equipa de rugby

Juntas de Freguesia do Concelho

Parceiros estratégicos no Pré-escolar e 1.º Ciclo, assim como na educação de adultos.

Santa Casa da Misericórdia do Bombarral

Protocolo no âmbito das valências técnicas para alunos carenciados.

12. Recursos disponíveis

Recursos Financeiros

Orçamento de Estado (2018)

Transportes	2.431,44 €
Livros, documentação técnica, material de educação, cultura e recreio	1.268,87 €
Combustíveis, luz, água, telefone e avença	51.999,13 €
Material de escritório, de higiene e limpeza e outros bens	33.604,54 €
Aluguer de instalações desportivas	15.028,33 €
Empresa de Limpeza	33.248,46 €
Conservação de bens / assistência técnica	3.825,12 €
Outros serviços	3.706,54 €
TOTAL	145.112,43€

Receitas (2018)

Taxas e multas	1.517,00 €
Administração local	5.868,30 €
Receitas próprias	18.142,88 €
POCH / Ensino profissional	58.998,15 €
Erasmus+	71.834,83 €

Recursos físicos

Escola sede do Agrupamento

A escola sede encontra-se a funcionar em instalações renovadas devido à intervenção da Parque Escolar. As novas instalações contemplam os seguintes equipamentos:

- 6 laboratórios / salas de ciências
- 3 salas de informática + oficina
- 1 sala polivalente (auditório)
- 39 salas de aula
- 2 salas para pequenos grupos
- 1 sala para grandes grupos

Projeto Educativo

- 7 salas de trabalho para docentes
- 1 sala de música
- 4 salas de EVT / ET / EV
- 1 sala de artes
- 1 sala de desenho
- 1 Biblioteca

A Biblioteca está integrada na Rede de Bibliotecas Escolares e conta com um fundo bibliográfico constituído por cerca de 15042 exemplares e 13068 títulos.

- 1 Loja Escolar
- 1 Bar
- 1 CQ
- Campo polidesportivo
- Campo de rugby
- Balneários
- Restaurante e cozinha pedagógicos
- Refeitório

Outros estabelecimentos

O Agrupamento integra três Jardins de Infância, um estabelecimento do 1.º Ciclo e um Centro Escolar (Pré-escolar + 1.º Ciclo).

As condições existentes em cada estabelecimento são bastante variáveis, sendo que se assistiu a uma melhoria significativa das mesmas com a construção do Centro Escolar e a manutenção em funcionamento dos estabelecimentos que tinham melhores condições.

O Centro Escolar dispõe de 5 salas de Pré-escolar e 18 salas do 1.º CEB. Tem uma Biblioteca, refeitório e pavilhão desportivo. Também aqui funciona uma sala de Ensino Estruturado para alunos com Autismo e uma Unidade de Multideficiência.

13. Dados estatísticos

Taxas de retenção

Da análise dos dados disponíveis (ver anexo), ressaltam os seguintes aspetos:

- As taxas de retenção são residuais no 1.º e 2.º Ciclos, tendo-se registado em 2017/2018 uma taxa de 5% e 3%, respetivamente;
- O 7.º ano é aquele em que se regista a melhoria mais significativa da taxa de retenção (12%) em todo o ensino básico, sendo a taxa de retenção, no final do 3.º ciclo, de 8%. Note-se que a melhoria verificada no 7.º ano se deveu, em boa parte, a uma nova perspetiva sobre a retenção;
- No Secundário, em 2017/2018, verificou-se uma taxa de retenção, nos Cursos Científico-Humanísticos, de 17% no 10.º ano enquanto, no 11.º ano, foi 7%. A taxa de conclusão do 12.º ano foi de 85%. Relativamente aos Cursos Profissionais a taxa de retenção é de 0%.

Transferências

Em 2017/2018 (incluindo pedidos realizados em contexto de matrícula) registaram-se um total de 91 transferências para fora do Agrupamento, 43 das quais por motivos de mudança de residência ou devido ao local de trabalho dos Encarregados de Educação.

No 2.º ciclo o número de transferências foi residual (5), aumentando para 18, quer no 1.º ciclo, quer no 3.º ciclo. A maioria dos alunos deixa o Agrupamento para frequentar o 10.º ano noutros estabelecimentos. Foram 46 os que saíram por tal motivo, ainda que, destes, apenas 7 o tenham feito para ofertas formativas existentes no AEF (4 para cursos profissionais e 3 para cursos científico-humanísticos) e 5 deles por motivo de mudança de residência ou devido ao local de trabalho dos Encarregados de Educação.

Também se assistiu à entrada de um número significativo de alunos oriundos de outros estabelecimentos. Entraram 69 alunos, dos quais 11 para o 5.º ano, 13 para o 7.º ano e 19 para o 10.º ano.

Resultados escolares

Na anterior revisão do Projeto Educativo os resultados escolares dos nossos alunos eram identificados como “um ponto fraco desde há alguns anos. Designadamente os resultados

obtidos nas avaliações externas, frequentemente abaixo da média nacional (com algumas boas exceções)”.
Continuamos a ter a noção de que uma parte muito significativa dos nossos alunos provém de meio familiar pouco estruturado e/ou com grandes dificuldades económicas o que dificulta significativamente a nossa tarefa. Não obstante, temos procurado identificar formas e modelos de atuação que possam favorecer a melhoria dos resultados.

Apesar de continuarmos a obter resultados abaixo da média nacional nas avaliações externas do 9.º ano, fizemos uma notável e sustentada evolução ao nível do secundário, obtendo resultados acima da média nacional na quase totalidade das disciplinas.

Quanto aos resultados da avaliação interna, tem-se desenvolvido um trabalho muito sério de criação de condições, desde o Pré-escolar, para uma melhoria progressiva dos resultados. Após identificação das principais dificuldades sentidas ao nível do 1.º Ciclo, atuámos no Pré-escolar no sentido de alcançarmos uma maior estimulação cognitiva dos alunos, uma melhoria significativa ao nível das competências sociais, uma redução do número de crianças que ingressam no 1.º Ciclo em idade facultativa e uma efetiva articulação entre o Pré-escolar e o 1.º Ciclo.

Desde 2011/12, em que cerca de $\frac{1}{3}$ dos alunos do 7.º ano não transitaram e todas as turmas acabaram por ficar com um número muito expressivo de alunos repetentes, temos vindo a implementar medidas de combate ao insucesso escolar no 2.º e 3.º ciclos. Foi neste contexto que surgiu o projeto 7+, visando permitir a constituição de grupos de homogeneidade relativa em algumas disciplinas. Não só conseguimos reduzir a taxa de insucesso para valores na ordem dos 17% como conseguimos melhorar significativamente a qualidade do sucesso, embora com oscilações em anos seguintes.

Também em 2012/13 foram implementados outros projetos específicos tendo em vista a melhoria dos resultados externos com uma forte aposta na preparação dos alunos para os exames. São exemplos o projeto Explica-me e a Oficina de Exames.

Todas estas medidas foram vertidas, articuladas e complementadas no nosso Plano de Ação Estratégica no âmbito do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. Neste contexto, foram introduzidas medidas de reforço nos primeiros anos da escolaridade, cujos resultados começarão agora a ser visíveis.

Outra vertente em que continuámos a apostar foi a do reconhecimento do mérito e do incentivo às turmas que obtêm melhores resultados. Desde 2011/12, através da medida

Projeto Educativo

Turma do Ano, premiamos as turmas com melhores resultados, incentivando a entreatajuda e o espírito de equipa. Desde 2018/19, o regulamento de atribuição dos prémios contempla, para além dos resultados escolares, indicadores de cidadania, procurando ir ao encontro do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

III. A nossa missão

Que função temos na Comunidade?

O Agrupamento de Escolas Fernão do Pó assegura a educação e a formação pré-escolar, básica e secundária em todo o Concelho de Bombarral.

A coincidência entre a área territorial do concelho de Bombarral e a área de influência pedagógica do Agrupamento obriga à articulação do Projeto Educativo do Agrupamento com as políticas, as grandes opções de planeamento e as estratégias de desenvolvimento municipais.

Neste quadro, compete ao Agrupamento assegurar a formação e a educação numa perspetiva de desenvolvimento global e universal dos alunos e, simultaneamente, como fator de desenvolvimento local e regional.

Após a integração no Agrupamento de todas as escolas do concelho, a conclusão das obras na escola sede e a construção do centro escolar, o Agrupamento viu significativamente melhoradas as condições para assegurar a satisfação das melhores expectativas da comunidade em relação à sua instituição escolar.

A nossa função, que há muito se define e concretiza no domínio da qualificação da população do Bombarral, assume assim novos contornos. O Agrupamento arroga-se também do dever de ser um instrumento fundamental de desenvolvimento local e regional.

Eis pois a missão a que nos propomos, tendo como referência a Lei de Bases do Sistema Educativo e todos os princípios que nela se defendem:

- Assegurar um SERVIÇO PÚBLICO de educação COM QUALIDADE em todos os níveis de ensino;
- Garantir às crianças, jovens e adultos do concelho uma educação completa, global, humanista e útil, que garanta um elevado nível de conhecimentos e uma sólida formação ética, social e cívica.
- Formar e qualificar profissionalmente jovens e adultos, como estratégia de melhorar a integração dos alunos no mercado de trabalho e também, como forma

de fazer frente ao abandono escolar e assegurar a formação e educação ao longo da vida.

- Estar ao serviço da Comunidade porque dela fazemos parte, afirmando-nos como instituição de desenvolvimento e de intervenção cultural, nos mais diversos domínios da atividade comunitária, encarando-os sempre como contextos de aprendizagem.

O nosso lema é *SONHAR O IMPOSSÍVEL E LUTAR PARA O ALCANÇAR*.

IV. A nossa visão

Onde queremos chegar

Ser uma escola de referência pelas garantias de qualidade que oferece, pelas oportunidades que cria a todos os alunos e pelas dinâmicas positivas que gera na Comunidade.

V. Os nossos princípios e valores

Que escola queremos ser?

Princípios, valores e políticas orientadoras da ação educativa

Mais do que identificar e compreender a escola que somos, mais do que definir as linhas mestras de toda a ação do Agrupamento, é fundamental que, no projeto educativo, se clarifique que escola queremos ser e que princípios e valores fundamentais preconizamos.

O Agrupamento, na ação educativa desenvolvida em todos os seus estabelecimentos e níveis de ensino escolar e pré-escolar, bem como nos restantes domínios da sua intervenção educativa e cultural, será sempre uma instituição que:

Fomenta os valores do trabalho, do rigor e da disciplina

Trabalho e sucesso são duas faces da mesma moeda. Por isso queremos ser uma escola que tem brio nos seus resultados, porque eles resultam do trabalho, do empenho e esforço por parte de todos os intervenientes no processo educativo.

O rigor e a disciplina são “caracteres genéticos” do trabalho que produz sucesso e características que deverão distinguir os nossos alunos, docentes e funcionários.

Preconiza padrões elevados de qualidade e exigência

Queremos ter orgulho em tudo o que fazemos e, por isso, fazemos da exigência uma ferramenta ao serviço da qualidade.

Defende e promove os princípios da “boa educação”

O respeito pelo outro e pelas instituições são condição mínima do “ser pessoa” e do “ser cidadão”. Nem todos os nossos alunos conseguem ser brilhantes do ponto de vista académico, mas todos deverão ser exemplares no trato, na cordialidade e “boa educação”.

Valoriza o conhecimento e estimula a curiosidade

Quem valoriza o conhecimento quer saber mais, torna-se curioso e por isso aprende mais e melhor. Por isso, a curiosidade e o gosto pela leitura deverão ser traços comuns das crianças que saem dos nossos Jardins e que cultivamos ao longo dos vários níveis de ensino.

Valoriza a criatividade e o empreendedorismo

Num mercado de trabalho que se torna a cada dia mais competitivo, só serão bem sucedidos os mais criativos e empreendedores.

Proporciona igualdade de oportunidades

Independentemente da sua idade, nacionalidade, condição física e social todos têm direito ao conhecimento, à educação e formação. Procuramos, por todos os meios ao nosso alcance, proporcionar igualdade de oportunidades a todos os alunos, tendo em consideração as suas características, potencialidades e limitações. Todos têm o direito de alcançar o máximo do seu potencial.

Respeita as diferenças

Respeitamos as diferenças e cultivamos os valores da tolerância e da solidariedade. Todos têm o direito de ver satisfeitas as suas expectativas, razão pela qual não toleramos que os menos ambiciosos limitem, de forma consciente, a progressão e evolução dos seus pares, ao mesmo tempo que incentivamos a cooperação, o trabalho em equipa, a interajuda e a inclusão de todos.

Promove os valores da cidadania

A educação para a cidadania faz-se, essencialmente, através do exercício da mesma e assume hoje, para além de carácter absolutamente transversal, um sentido extremamente amplo e multifacetado onde se inclui, por exemplo, a educação para a saúde, a educação ambiental e a educação para a segurança. Por isso, possuímos uma estratégia formal, bem delineada, de educação para a cidadania sem, no entanto, deixar de ter presente que o essencial se faz na convivência do dia-a-dia, nomeadamente no cumprimento de regras fundamentais e numa participação ativa na vida escolar e comunitária.

“Respira” Cultura

A música, a dança, o teatro e outras formas de expressão artística envolvem um grande número de alunos e criam dinâmicas escolares que mobilizam toda a comunidade. O Agrupamento constitui-se como um importante pólo local de dinâmicas culturais.

Promove os valores do Desporto e um estilo de vida ativo e saudável

A prática desportiva regular, sistemática e orientada é condição essencial para a criação de hábitos de vida saudável. O exercício físico, a higiene e uma correta

alimentação são determinantes para uma vida com mais qualidade e mais realização pessoal.

A educação e formação dos nossos alunos têm como referência os valores da ética desportiva, assim como do Olimpismo (Excelência, Amizade e Respeito).

Abre espaço à participação de toda a comunidade educativa

Todos os intervenientes no processo educativo são parte interessada no bom funcionamento do Agrupamento e, por isso, todos se envolvem na concretização do Projeto Educativo, cumprindo o seu papel e participando nas decisões e nos processos de melhoria, de forma direta e/ou através dos seus representantes nos órgãos próprios.

Assume-se como Serviço Público

O Agrupamento não é apenas um serviço local do Estado, é um importante instrumento da comunidade local no domínio da educação e formação das crianças, dos jovens e dos adultos. Está ao serviço de uma estratégia local e regional de desenvolvimento que envolve autarquias, empresas e particulares. Está, sobretudo, ao serviço das pessoas proporcionando-lhes um serviço de educação com qualidade.

Cultiva a responsabilidade

A educação deve assentar numa cultura de responsabilização. Os alunos, primeiros beneficiários do direito à educação, são também os primeiros responsáveis pelo cumprimento dos seus deveres. Pais, docentes, não docentes e a comunidade em geral são, de forma diferenciada, igualmente responsáveis pelo sucesso educativo do Agrupamento.

Valoriza e potencia a inteligência emocional

O conhecimento e a gestão das emoções deve ser visto como componente fundamental da aprendizagem e da socialização. Promovemos, simultaneamente, o capital intelectual e o capital emocional, formando pessoas capazes de reconhecer as emoções em si e nos outros, autorregular-se e automotivar-se.

Fomenta e procura sinergias

Vemos nos pais os principais parceiros no cumprimento da nossa missão. Procuramos nas instituições locais e regionais interesses comuns que nos permitam partilhar recursos, potenciar o que cada um faz de melhor e

Projeto Educativo

proporcionar beneficios e oportunidades de sucesso àqueles que servimos e a todos os que, com o seu trabalho, fazem do Agrupamento uma instituição respeitada.

VI. Linhas gerais de atuação

Como vamos fazer?

Opções estruturantes de gestão curricular

Com a publicação do DL 55/2018 e legislação complementar, a autonomia dada às escolas no âmbito do gestão do currículo permite-nos fazer opções e definir orientações gerais em Projeto Educativo.

Porém, tais orientações não podem ser castradoras da iniciativa e da capacidade de decisão que a cada momento se exige para adequação à realidade concreta de cada ano, de cada projeto, de cada turma e de cada desafio. Caberá ao Conselho Pedagógico, por iniciativa própria ou sob proposta das estruturas intermédias, observando as linhas gerais aqui definidas, pronunciar-se e decidir no exercício das suas competências. Caso contrário, estará a escola a autolimitar-se no exercício da sua autonomia.

No contexto da preparação de cada ano letivo, o Conselho Pedagógico aprovará as opções gerais de gestão e organização curricular, o que permitirá a introdução de ajustes considerados necessários e decorrentes da experiência adquirida, da avaliação do resultado das opções anteriores ou até de mera adequação aos recursos disponíveis.

Pré-escolar

Valorizamos a educação pré-escolar como contexto privilegiado de socialização, criação de hábitos de trabalho e estímulo da curiosidade e da criatividade. Neste sentido, deverá ser planeado e realizado um trabalho que abranja a transversalidade das diversas áreas de conteúdo das Orientações Curriculares (OCEP), de forma a promover o desenvolvimento integral das crianças, dotando-as de competências que potenciem o seu sucesso aquando da entrada na escolaridade.

Matrizes curriculares

As opções tomadas devem procurar promover a máxima articulação do currículo, esbatendo a organização compartimentada do conhecimento.

Sempre que possível, deverá procurar-se diminuir o número de disciplinas, evitando a proliferação das mesmas com curtos tempos de trabalho semanal.

As decisões tomadas neste âmbito deverão, ainda, visar a redução do número de programas/ano que cada docente tem que trabalhar, assim como o número de alunos que tem à sua responsabilidade. A semestralização de disciplinas deverá ser equacionada como uma das formas de responder a estes objetivos.

Oferta complementar

É desejável que esta oferta se constitua como importante componente de âmbito local mas multifacetada, proporcionando abordagens a diversas questões ligadas ao Ambiente/Sustentabilidade, História, Património, Cultura e tradições, etc.

Terá que existir uma adequação à realidade concreta de cada ciclo, podendo ser vista como oportunidade no contexto da educação para a cidadania, nomeadamente no que se refere ao envolvimento e participação em projetos que visem a resolução de problemas da comunidade, o envolvimento em ações de solidariedade e voluntariado.

Cidadania e Desenvolvimento

Para além do domínio da formação cívica e cidadania, a qual deverá merecer organização e estruturação de acordo com a Estratégia de Escola de Educação para a Cidadania, esta componente deverá constituir-se, igualmente, como uma área de trabalho transversal e de articulação disciplinar.

Esta componente poderá ser assegurada por qualquer docente, embora preferencialmente pelo Diretor de Turma, na medida em que é a pessoa que assume a coordenação da equipa educativa e dos projetos transversais a desenvolver com a turma.

No Secundário, a componente de Cidadania e Desenvolvimento poderá assumir qualquer das formas previstas na Lei, sendo mesmo de admitir que possam existir modelos diferentes de acordo com os contextos, nomeadamente o ano e /ou o curso em causa.

As opções do Agrupamento são definidas na Estratégia de Escola de Educação para a Cidadania.

Complemento à Educação Artística

A expressão artística e as TIC há muito se constituem como oferta(s) de escola. Embora, por uma questão de gestão dos recursos disponíveis, seja de admitir alguma continuidade, preconiza-se a tentativa de diversificar as experiências proporcionadas aos alunos no domínio das expressão artística e da valorização das diferentes formas de Arte como forma de ver o Mundo.

Apoio ao estudo

O Apoio ao Estudo (AE) não deverá ser encarado como mais um tempo para trabalhar currículo. Deverá, sobretudo, assumir uma lógica de “aprender a aprender” para que os alunos possam ser orientados na organização do seu estudo e adquirir competências de sistematização e procura da informação.

No AE, os alunos deverão, ainda, ser ajudados a compreender e identificar os seus “estilos de aprendizagem”.

Por princípio, o AE destina-se a alunos indicados pelo respetivo Diretor de Turma.

Educação sexual

A Educação Sexual é promovida de forma transversal, através de espaços de reflexão e esclarecimento, da articulação entre vários projetos escolares e de parcerias com entidades de reconhecida idoneidade neste âmbito. A estratégia a seguir pelo Agrupamento é delineada no Plano de Educação Para a Saúde, de acordo com as orientações existentes e em articulação com a Estratégia de Escola de Educação para a Cidadania.

CrITÉRIOS para a constituiÇão de turmas

- Ao longo de cada ciclo de ensino, salvo indicaÇão expressa em contrÁrio por parte do Conselho de Turma ou inevitabilidade relacionada com o cumprimento da lei e da rede escolar, os grupos-turma são mantidos.
- No PrÉ-escolar devera procurar-se um compromisso entre a homogeneidade do grupo (nomeadamente no ano anterior ao inÍcio da escolaridade) e a continuidade pedagÓgica. Devera fazer-se uma gestão que permita que o grupo evolua naturalmente no sentido da homogeneidade.
- Na transiÇão do 1.º para o 2.º e deste para o 3.º ciclo, salvo indicaÇão expressa e devidamente fundamentada do respetivo Conselho de Turma ou do docente titular de turma com a concordância expressa do Departamento do 1.º Ciclo, os grupos são fragmentados em atÉ 3 partes numericamente idênticas.
- No 7.º ano, as turmas são constituÍdas de acordo com as opÇões da LÍngua Estrangeira. As turmas do ensino articulado serão, sempre que possÍvel, exclusivas e funcionarão com a opÇão de LÍngua Estrangeira feita pelo maior número de alunos.
- No ensino secundÁrio (cursos CH), as turmas são constituÍdas de acordo com as opÇões dos alunos mantendo-se o grupo turma dentro de cada opÇão, exceto se houver indicaÇão em contrÁrio.
- A organizaÇão das turmas terça sempre em vista o máximo equilÍbrio do grupo, evitando-se, na medida do possÍvel, a concentraÇão de alunos com insucesso acumulado e/ou com problemas graves de comportamento.
- É de admitir a constituiÇão de turmas de nÍvel, nos termos da lei em vigor.
- As situaÇões não contempladas e as exceÇões aos critÉrios estabelecidos são da competÊncia do Diretor ouvido, sempre que possÍvel, o Conselho PedagÓgico.

Atividades / Plano Anual de Atividades

- As atividades promovidas pelo Agrupamento são anualmente programadas através da elaboraÇão do Plano Anual de Atividades (PAA). Deste documento deverão constar as linhas orientadoras do trabalho a desenvolver e todas as

atividades estruturantes (de grande dimensão e envolvimento e/ou concretizáveis através de um conjunto diverso de atividades), bem como as metas e objetivos a atingir e respetivo orçamento.

- As atividades de concretização do PAA são planificadas pelos responsáveis, validadas pelos coordenadores de Departamento e/ou Estrutura, apresentadas para emissão de parecer do Conselho Pedagógico e aprovadas pelo Diretor.
- Todas as atividades deverão ser pedagogicamente significativas e visar um ou mais dos seguintes princípios:
 - Proporcionar aos alunos experiências diversificadas
 - Proporcionar abordagens curriculares integradas
 - Contribuir para o enriquecimento pessoal/profissional dos membros da comunidade educativa
 - Contribuir para um bom clima de escola
 - Promover a imagem do Agrupamento junto da comunidade
 - Gerar dinâmicas que contribuam para a articulação e interação verticais
 - Favorecer o envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação
- Com base nas estratégias/atividades previstas para concretização do Projeto Educativo, poderá ser elaborado um plano plurianual de atividades.

Avaliação e Resultados escolares

- Diversificação de instrumentos e fontes de informação.
- Envolvimento dos alunos no processo de avaliação e na conceção de projetos.
- Valorização da avaliação formativa como parte integrante do processo de aprendizagem.
- Valorização das áreas de competência definidas no Perfil dos Alunos.
- Manutenção da perspetiva crítica sobre os resultados escolares como indicadores das aprendizagens realizadas pelos alunos, considerando também os resultados das avaliações externas nas tomadas de decisão, na planificação do trabalho a desenvolver e na definição dos critérios de avaliação.
- Integração, nas práticas pedagógicas, das áreas de competência definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Projeto Educativo

- Valorização e reconhecimento do mérito académico (individual e coletivo), assim como de desempenhos relevantes noutros domínios da vida escolar e comunitária, através da atribuição de prémios e diplomas e do reconhecimento público.
- Valorização do Pré-escolar enquanto contexto privilegiado para a construção de um percurso escolar de sucesso.
- Desenvolvimento de projetos com docentes de vários ciclos de ensino que valorizem a diversidade de conhecimentos e experiências e que proporcionem aos alunos novas abordagens.
- Discussão e análise, com a turma, da evolução dos resultados da mesma e por comparação com as restantes.
- Uso da retenção nos anos intermédios de cada ciclo como medida excecional e de carácter pedagógico, corresponsabilizando os pais no que se refere ao esforço acrescido a realizar no ano seguinte sempre que a transição ocorre apesar das fragilidades reveladas pelos alunos.
- Promoção da gestão sequencial e articulada do currículo, como forma de favorecer e potencializar as aprendizagens e os resultados dos alunos.
- Incremento do sucesso escolar dos alunos com bom e médio desempenho através da instituição de atividades de desenvolvimento e da oferta de oficinas de preparação para exame.
- Desenvolvimento de projetos para a melhoria dos resultados tendo por base o trabalho com grupos de homogeneidade relativa e/ou inspirados noutros modelos de organização dos alunos, das turmas e do trabalho colaborativo dos docentes.
- Aposta no desenvolvimento de competências sólidas de leitura e escrita nos primeiros anos de escolaridade como forma de potenciar o sucesso dos alunos ao longo de todo o seu percurso.

Disciplina

- Divulgação do Regulamento Interno e do Estatuto do Aluno como documentos estruturantes que visam pautar as condutas de todos os membros da comunidade escolar.

- Identificação da tipologia das ocorrências de indisciplina para melhor tomar medidas preventivas.
- Identificação e reflexão sobre os fatores internos explicativos do insucesso escolar e dos comportamentos perturbadores em sala de aula, com vista à implementação de ações eficazes na melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares
- Agilização dos processos de controlo e repressão das situações de indisciplina.
- Corresponsabilização dos pais e encarregados de educação na resolução dos problemas de indisciplina.
- Envolvimento dos alunos na gestão de conflitos, nomeadamente através da criação de grupos que possam ter essa função durante os intervalos.
- Ação dos docentes e assistentes operacionais no sentido de exigirem o rigoroso cumprimento dos deveres previstos no Estatuto do Aluno e no Regulamento Interno, agindo disciplinarmente de acordo com as normas, sempre que tal não se verifique ou comunicando de imediato a situação sempre que a medida a adotar ultrapasse as suas competências.
- Comprometimento dos assistentes operacionais, docentes e pais com a eficácia resultante do cumprimento das medidas disciplinares aplicadas.

Serviço educativo / responsabilidade social

A responsabilidade social está na essência do serviço que prestamos à comunidade que servimos. Sobre nós pesa a criação de oportunidades para todos independentemente da sua origem social, da sua capacidade económica ou da sua condição psicomotora.

Temos bem presente, em tudo o que fazemos, que marcamos a diferença na vida das pessoas e que somos, muitas vezes, a última esperança para quem nasce num contexto desfavorável poder ter a possibilidade de quebrar as amarras e “entrar no elevador social”.

Nesta perspetiva, definem-se as seguintes linhas de atuação:

- Acompanhar e definir linhas orientadoras do trabalho a desenvolver no âmbito das Atividades de Apoio à Família no pré-escolar.
- Valorizar as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º ciclo, através da definição de linhas orientadoras e da monitorização e acompanhamento pelos docentes titulares de turma e pelo próprio Conselho Pedagógico, assegurando que

as mesmas têm caráter eminentemente lúdico e funcionam como complemento do currículo ao serviço do “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”.

- Proporcionar aos alunos a possibilidade de, em contexto curricular, poderem desenvolver atividades que vão ao encontro dos seus gostos, interesses e talentos, equacionado-se, nomeadamente, a inclusão de conteúdos de índole local e regional, reforçando assim a sua motivação.
- Ouvir e envolver os alunos nas decisões através de uma maior valorização das assembleias de turma e do Conselho de Delegados de Turma.
- Continuar a incentivar o Ensino Artístico (nomeadamente o da música), mantendo a parceria estratégica com o Conservatório de Música de Caldas da Rainha e o CCMB no âmbito do ensino articulado da música.
- Reforçar e diversificar o Complemento Curricular.
- Valorizar a prática desportiva através da manutenção da dinâmica existente no Desporto Escolar e da criação de condições para que os alunos continuem a ter acesso à prática de uma grande diversidade de atividades desportivas e envolvimento em projetos como o Programa de Educação Olímpica e o Programa Nacional de Ética no Desporto.
- Manter uma oferta o mais diversificada possível, que embora condicionada pelo número de alunos e condições existentes, responda às necessidades locais e regionais de formação e que, simultaneamente, corresponda às expectativas dos alunos e respetivas famílias, evitando-se a mobilidade dos alunos para fora do concelho.
- Ainda que respeitando a rede regional de ofertas articulada com as escolas vizinhas, sempre que o número de alunos o permita e justifique, deverá recorrer-se à constituição de turmas com dois cursos e/ou recorrer ao crédito horário (se aplicável), no sentido de evitar a mobilidade dos alunos para fora do concelho.
- Manter a oferta formativa profissionalizante centrada nas áreas do turismo e hotelaria enquanto estas forem relevantes na região, sem prejuízo de se equacionarem novas áreas a implementar de forma progressiva à semelhança do que já sucedeu com o Desporto.

- Elaborar e/ou aderir a projetos que visem a integração de alunos quer em percursos ajustados às suas características, quer em contextos que concorram para a aquisição de competências sociais e de motivação para a aprendizagem, tendo em vista combater o abandono escolar e o insucesso destes alunos em particular e das turmas em que se encontram inseridos.
- Manter e, se possível, incrementar as parcerias com instituições de ensino superior no sentido de garantir a criação de dinâmicas em áreas profissionalizantes específicas, facilitar o recrutamento de formadores e de incentivar os alunos para o prosseguimento de estudos.
- Apoiar os alunos com dificuldades de aprendizagem e criar condições propícias ao desenvolvimento dos alunos que evidenciam maior motivação e facilidade de aprendizagem.
- Melhorar as práticas de acompanhamento e inclusão dos alunos com dificuldades de aprendizagem mais significativas, no que concerne à articulação e orientação entre Educação Especial e Conselhos de Turma.
- Adotar modelos pedagógicos inovadores que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem e possam colocar o sucesso ao alcance de todos os alunos.
- Envolver as respetivas turmas no trabalho de inclusão dos alunos portadores de deficiência, ainda que possam encontrar-se inseridos em Unidades de Ensino.
- Canalizar recursos humanos e materiais para apoio aos alunos que necessitem de maior suporte, assegurando que TODOS podem alcançar o máximo das suas capacidades.
- Valorizar a participação e envolvimento dos professores e alunos em projetos internos e externos, que concorram para a aquisição de competências em contextos formais e informais, criem dinâmicas internas e contribuam para um bom clima de escola.
- Tirar partido da rede de parceiros europeus já existente para a elaboração de candidaturas a projetos europeus que promovam a identidade e cidadania europeias, assim como a formação em áreas prioritárias.
- Procurar oportunidades de flexibilização do currículo que permitam um trabalho mais articulado entre as diversas áreas do saber.

Projeto Educativo

- Olhar a retenção nos anos intermédios como excecional, usando-a exclusivamente como medida pedagógica e não como punitiva;
- Recorrer a novas formas de articulação, nomeadamente através da constituição de equipas educativas por anos ou ciclos que permitam uma maior eficácia na gestão curricular, do tempo, das atividades e organização e avaliação das aprendizagens.
- Reforçar o papel do Coordenador de Departamento na supervisão e acompanhamento do trabalho desenvolvido, no sentido de assegurar respostas eficazes e partilhadas às dificuldades encontradas, bem como a partilha das boas práticas.
- Diversificar as ofertas formativas para adultos através da implementação de cursos EFA escolares e profissionalizantes e de Formações Modulares Certificadas (de base e tecnológicas) - recorrendo, sempre que possível, ao financiamento pelo POCH -, assim como de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL).
- Assegurar a componente de formação ao longo da vida, incluindo a vertente de actualização e valorização profissional, servindo interesses particulares e/ou empresariais.
- Promover debates, colóquios, seminários e outras atividades culturais abertas à comunidade e, em particular, aos pais e encarregados de educação.
- Participar em projetos e iniciativas que promovam a consciência ambiental, a reflexão sobre o desenvolvimento sustentável e os comportamentos amigos do ambiente, designadamente através do programa Eco-escolas.

Biblioteca Escolar (BE)

- A BE é uma estrutura educativa de primeira linha que desenvolve a sua ação em quatro domínios: *Currículo, literacias e aprendizagem; Leitura e literacia; Projetos e parcerias e Gestão da biblioteca.*
- A BE dispõe de um Plano de Atividades e regras de funcionamento que deverão refletir os princípios preconizados no presente Projeto Educativo e no Regulamento Interno do Agrupamento.

Projeto Educativo

- A BE promove a existência de projetos, dinâmicas e iniciativas, no âmbito da articulação com o currículo, orientando a sua ação pelo referencial «Aprender com a Biblioteca Escolar» (Rede de Bibliotecas Escolares).
- A BE, com o apoio da Rede de Bibliotecas Escolares, e o Plano Nacional de Leitura são instrumentos fundamentais de valorização da leitura, em diferentes suportes, no desenvolvimento das diferentes literacias e na construção do conhecimento, razão pela qual deverão funcionar em estreita articulação.
- É função da BE o estabelecimento de sinergias entre os vários projetos, designadamente entre o PNL e as Bibliotecas Escolares, através do desenvolvimento de atividades e projetos conjuntos. Estes projetos deverão estender-se ao domínio curricular.
- A BE assegura um programa estruturado de formação de utilizadores da Biblioteca Escolar que inclua medidas específicas no âmbito da literacia da informação.

Centro Qualifica (CQ)

- O CQ acolhe todo o público adulto, assegurando o seu encaminhamento para processo total ou parcial de reconhecimento, validação e certificação de competências e/ou para as ofertas formativas do Agrupamento, ou de entidades externas, mais ajustadas ao perfil de cada indivíduo.
- O CQ, para além de porta de entrada de todo o público adulto, deverá funcionar como elemento de coordenação e articulação das diversas ofertas formativas.
- A atuação do CQ pauta-se pelos princípios e valores preconizados no presente Projeto, os quais fará refletir no respetivo Plano Estratégico de Intervenção.
- O CQ deverá desempenhar um papel estratégico na melhoria das qualificações dos pais dos nossos alunos, promovendo a sua formação e escolarização, valorizando, junto dos mesmos, o conhecimento e o gosto pela leitura e pela escrita.
- Deverão valorizar-se as parcerias com autarquias, coletividades, escolas, empresas e outras entidades com o objetivo de atingir o maior número de adultos possível e de lhes proporcionar o melhor encaminhamento.

Compromisso com a melhoria

Estamos comprometidos com a melhoria de todos os processos que constituem a base da nossa atuação. Procuramos avaliar a nossa prestação e o grau de satisfação daqueles que servimos.

Estaremos empenhados na implementação de mecanismos de monitorização e acompanhamento, quer através da produção de relatórios pela equipa de autoavaliação, quer através de modelos colaborativos de observação da prática letiva.

Trabalhamos para uma gestão eficaz dos recursos e do tempo, tendo em vista a obtenção de resultados que traduzam a otimização das capacidades dos nossos alunos.

Associados aos processos de melhoria deverão ser criados/reforçados instrumento de reconhecimento formal dos esforços individuais e de equipa (do pessoal docente e não docente), bem como mecanismos de incentivo à apresentação de sugestões de melhoria, mudança e inovação.

VII. As nossas preocupações imediatas

Que problemas temos que resolver?

1. Articulação

As melhorias introduzidas ao longo dos últimos anos produziram efeitos positivos mas os desafios são cada vez maiores. Continuam a existir dificuldades ao nível da articulação entre ciclos, relativamente às quais deveremos implementar medidas de melhoria, mas o maior desafio coloca-se, hoje, ao nível da articulação horizontal.

A articulação e o trabalho colaborativo entre docentes que lecionam o mesmo ano de escolaridade (ou, eventualmente, o mesmo ciclo) torna-se indispensável para que possa existir integração curricular e desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

Difícilmente atingiremos o desejável patamar de gestão flexível do currículo sem criação de equipas educativas, ainda que daqui possa decorrer algum detrimento da articulação departamental.

Embora a comunicação interna tenha sofrido melhorias, a articulação pedagógica continua a carecer de medidas de incremento. Houve uma evolução bastante positiva do trabalho ao nível dos Departamentos, mas continuam a existir problemas de articulação pedagógica, nomeadamente entre os Conselhos de Turma e a Educação Especial. Ainda ao nível dos Conselhos de Turma, continuam a existir oportunidades de melhoria, designadamente ao nível da elaboração de projetos de turma, da análise do aproveitamento da turma e da definição de medidas consequentes.

Sempre que se justifique, deverão existir reuniões interdepartamentais de articulação vertical e/ou horizontal. Os Coordenadores deverão promover reuniões regulares entre si, sendo necessário reforçar as competências de supervisão e acompanhamento dos Coordenadores de Departamento e dos Coordenadores de Ciclo, assim como também se deverá reforçar o trabalho de articulação entre a Direção e as Coordenações.

Deverá equacionar-se a criação das Jornadas Anuais do Agrupamento. A iniciativa deverá permitir a abordagem dos principais problemas internos, a apresentação e partilha de experiências bem-sucedidas, a definição de orientações, a implementação de estratégias

verticais de resolução de problemas. Não será de excluir a participação, a convite, de especialistas em matérias consideradas relevantes.

2. Serviço Educativo

2.1. Oferta educativa e formativa

A nossa primeira preocupação neste domínio são as questões ligadas à diversificação da oferta educativa, aspeto que assume particular relevância relativamente à escola sede do Agrupamento. A dimensão da escola, que decorre da dimensão populacional do concelho, é razão de enormes constrangimentos neste domínio. Se, por um lado, parece ser pacífica a importância de uma oferta diversificada, por outro, somos confrontados com a dispersão dos alunos quando se procura abrir o leque de ofertas.

Deverá ser estratégica a intervenção do Diretor (preferencialmente suportado por posição clara do Município) junto das estruturas centrais do ME no sentido de conseguir alguma flexibilidade quanto aos mínimos legais para abertura de cursos, tendo em conta o facto de sermos o único Agrupamento do concelho. Deveremos, assim, assegurar uma diversidade de ofertas formativas (não inferior à atual) que garanta a fixação dos alunos do concelho. No mesmo sentido, deverá continuar a ser estratégica a atuação do Agrupamento, assegurando padrões de qualidade que desencoraje a procura de ofertas formativas fora do concelho por parte dos alunos mais ambiciosos.

O abandono escolar, apesar de continuar na nossa agenda, passou a ter uma dimensão menor com as iniciativas desenvolvidas pelo Agrupamento neste âmbito e com o alargamento da escolaridade obrigatória, mas levanta-nos problemas de outra índole, como as questões da motivação e da indisciplina.

Será importante manter a diversidade da oferta ainda que com recurso à constituição de turmas com dois cursos, sob pena do Ensino Secundário perder expressão o que seria, para o AEFPP e para o Bombarral, uma enorme perda.

De acordo com as empresas que acolhem os alunos das ofertas profissionalizantes, continuamos a ter que investir mais nas competências de comunicação dos nossos alunos.

2.2. Resultados escolares

Embora as taxas de sucesso/insucesso não se afastem significativamente das médias nacionais, o problema centra-se na qualidade do sucesso que é questionável quando se tem por referência as avaliações externas no ensino básico, nomeadamente as provas de aferição e os exames do 9.º ano.

Não precisamos de recorrer aos “rankings”, cujo significado para a instituição deverá ser meramente indicativo (embora tenham peso significativo na nossa imagem pública), para termos clara noção de que os nossos resultados melhoraram de forma sustentada no Secundário, mas continuam aquém dos objetivos traçados no Básico.

Importa manter a aposta na melhoria da qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula, complementado com um trabalho profundo de análise da qualidade dos resultados (nos Conselhos de Turmas e nos Departamentos) e planeamento consequente e estratégico em equipa, com definição de medidas de implementação horizontal e vertical.

É fundamental que os Conselhos de Turma se assumam como equipas pedagógicas com forte liderança do Diretor de Turma. O perfil do Diretor de Turma deverá ser decisivo na sua escolha, não apenas como líder do Conselho de Turma, mas na relação com a própria turma.

O esforço de melhoria não poderá ficar dependente exclusivamente de projetos avulsos, mas ancorar-se num trabalho sistemático e estratégico da base para o topo, em que assumirá grande importância o forte investimento que temos vindo a fazer (e que deve ter continuidade) nos primeiros anos de escolaridade. Os recursos disponíveis devem ser priorizados e canalizados para projetos e ações de melhoria, reduzindo-se ao mínimo os recursos aplicados em ações de menor eficácia (por exemplo, apoios educativos sem efeito visível e atividades de ocupação dos alunos perante a ausência imprevista do professor).

2.3. Desenvolvimento de projetos

Uma das áreas em que mais evoluímos foi a do envolvimento em projetos nacionais, internacionais, alguns deles de articulação entre ciclos, outros com razoável impacto mediático em que os nossos alunos têm brilhado. Haverá que manter o esforço de envolvimento, reforçando o enfoque nas áreas ligadas à inovação e empreendedorismo, assim como à cidadania.

Haverá, ainda, que investir em trabalhos e projetos de índole local que reforcem marcas identitárias, interessem os alunos pela sua terra, pela sua história e pelo seu património, podendo este servir de ponto de partida para abordagens integradoras do currículo.

2.4. Relação com os pais e encarregados de educação

Apesar de existirem pais preocupados e empenhados em todos os níveis de ensino, a maioria dos pais relaciona-se com a escola unicamente através das reuniões formais em que recolhem informação sobre a avaliação e comportamento dos seus educandos. Os Encarregados de Educação dos alunos que evidenciam maiores dificuldades de aprendizagem ou problemas de comportamento, normalmente não comparecem, revelando-se indiferentes e menosprezando o trabalho e o esforço escolar dos seus educandos desde tenra idade.

Muitos Encarregados de Educação demitem-se de participar no processo educativo e de acompanhar a vida escolar dos seus educandos. Não se informam sobre as atividades da escola e da turma, assim como não estão, muitas vezes, sensíveis para o papel determinante que a escola terá na vida dos seus filhos. Por outro lado, alguns Encarregados de Educação referem que a linguagem utilizada pelos Diretores de Turma nem sempre é entendível por todos. Haverá que continuar a apostar em modelos de comunicação mais dinâmicos e em que a informação seja apresentada de forma a envolver os pais na resolução dos problemas da turma, sejam eles de natureza disciplinar, de aproveitamento ou ambos.

A formação de juízos precipitados baseados apenas nos discursos dos alunos, a falta de envolvimento e a desresponsabilização são sinais claros de um mau relacionamento dos

Encarregados de Educação com a escola, com claros reflexos nas atitudes dos alunos, frequentemente geradoras de indisciplina e de um ambiente de trabalho pouco ou nada propício ao ensino e à aprendizagem, com consequências graves no aproveitamento global das turmas.

Deverá promover-se a criação de espaços formais e informais de discussão e debate abertos e/ou destinados aos Encarregados de Educação e alunos como, por exemplo, a realização de tertúlias em horário pós-laboral, no âmbito da Biblioteca Escolar, para discussão de temas diversos associados a uma obra específica.

Será importante sensibilizar os representantes dos pais nos vários órgãos do Agrupamento para a função que representam, assim como criar mecanismos proativos de envolvimento dos Encarregados de Educação na dinamização da escola e na participação dos processos de decisão e até nas dinâmicas pedagógicas (convidando-os para aulas em que os alunos fazem apresentação de projetos, para apresentarem e partilharem experiências e atividades nas turmas dos seus filhos e até para participarem em visitas de estudo).

2.5. Edifícios escolares

O número de edifícios em que o Agrupamento funciona diminuiu significativamente. Assistiu-se a uma melhoria muito expressiva das condições de trabalho, mas persistem limitações.

Alguns dos problemas mais frequentes reportam-se aos edifícios com intervenção mais recente e prendem-se com condições de conforto térmico e ausência/insuficiência de espaços exteriores cobertos, ambos com consequência no trabalho desenvolvido em sala de aula. A falta de espaços que permitam que as crianças brinquem no exterior em qualquer altura do ano, poderá ser um dos fatores explicativos do aumento das situações de indisciplina no 1.º e 2.º Ciclos.

3. As Pessoas

3.1. Pessoal Docente

Todos os recursos humanos são importantes numa Organização como a nossa. Porém, será a dinâmica do corpo docente que maior impacto direto terá sobre o desempenho da Organização e a imagem que da mesma é construída externamente.

Temos um problema de aumento da idade média do corpo docente que se sobrepõe a um enorme desgaste resultante de sucessivas alterações das políticas educativas, de uma enorme carga burocrática e administrativa e de grande desânimo face às expectativas de natureza laboral diretamente ligadas à Carreira.

Apesar das adversidades, beneficiamos de um corpo docente bastante estável com fortes sentimentos de pertença e grande capacidade de resiliência. Estas características justificam o facto de termos traçado metas ambiciosas e de termos conseguido alcançar muitas delas.

Não obstante, o ritmo acelerado a que os novos desafios são colocados confrontam-nos com novos problemas e com o fator crítico TEMPO. A maioria dos docentes sente que não tem tempo para fazer o seu trabalho como gostaria e para manter a abertura à inovação que se lhes exige.

Assim, haverá que fazer o possível para que, dentro da autonomia conferida à escola, se encontrem modelos organizativos que careçam de menores investimentos de tempo e/ou que tornem o tempo investido mais eficaz.

Entre outras possibilidades, haverá que encarar a constituição de equipas educativas, uma eventual revisão do organograma das estruturas intermédias e a adoção de modelos que diminuam o número de programas lecionados por cada docente.

O trabalho colaborativo e a partilha de métodos e estratégias de ensino/aprendizagem que se revelem eficazes serão elementos essenciais na resolução dos problemas identificados, o que permitirá maior articulação curricular e economias de tempo numa gestão mais eficiente dos programas, mas também exige tempo e está dependente de outras medidas como as anteriormente referidas.

3.2. Pessoal não docente

O Pessoal não Docente (PND) ao serviço do AEFP é bastante heterogéneo, quer quanto às funções, quer quanto à antiguidade na função, quer quanto à ligação laboral que detém com AEFP. Temos colaboradores em situação laboral estável, mas alguns encontram-se em situação precária. Temos funcionários do Ministério da Educação e Funcionários municipais.

Temos tido como prioridade a gestão eficiente de todo o Pessoal, a consistência na sua atuação assim como a sua motivação, fazendo com que se sintam todos parte de uma equipa. Esta prioridade não se pode perder de vista, até porque nos debatemos diariamente com o insuficiente número de funcionários, sobretudo Assistentes Operacionais. Estamos numa situação de claro déficite face ao legalmente previsto, situação que se agrava com ausências de maior ou menor duração, quase sempre por motivos de saúde.

Vivemos uma fase de transição em que se vislumbra a transferência de um conjunto significativo de competências para o Município, entre as quais a transferência do PND para a sua esfera. Teremos que ter a capacidade de tornar aquele que poderia ser um problema gerador de instabilidade, numa oportunidade de diminuir a heterogeneidade, de melhorar o espírito de equipa, resolver o problema da subdotação e alcançar uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Muitos Assistentes Operacionais têm vindo a alcançar a idade da reforma e vários outros se aproximam da mesma. Esta situação se, por um lado, nos fará perder toda uma experiência que é sempre importante e longos anos de compromisso com a missão escolar, por outro, permite uma renovação que pode ser igualmente importante. Muitos dos que se encontram longe da reforma acumulam igualmente uma experiência importantíssima da qual teremos que saber tirar dividendos.

O trabalho destas pessoas, embora muito diversificado, é também muito especializado. Queremos que sejam profissionais de educação comprometidos com o nosso Projeto Educativo. Têm um papel extraordinariamente importante no processo de educação e

formação dos nossos alunos, na qualidade do serviço que prestamos à comunidade, na nossa imagem externa e na confiança que transmitimos às famílias.

Haverá que apostar cada vez mais no comprometimento destas pessoas, no seu envolvimento nas decisões e na resolução dos problemas, assim como na sua motivação (reconhecendo a importância da sua função e assegurando a formação considerada essencial ao desempenho das suas funções).

3.3. Alunos

A falta de ambição e de expectativas parece ser um traço comum a muitos dos nossos alunos. O aumento das situações de indisciplina (nomeadamente entre os mais novos), a falta de uma cultura de trabalho e exigência decorrente, em grande medida, do acesso a quase tudo sem necessidade de esforço, a falta de um acompanhamento responsável por parte de muitos encarregados de educação, são fatores que condicionam muitos dos nossos alunos.

Muitos alunos estão mesmo desmotivados e desvalorizam completamente a cultura, o conhecimento e intervenção na sociedade.

Na turma, mesmo os alunos mais motivados são frequentemente prejudicados pela falta de um bom ambiente de trabalho.

O grande desafio que se nos coloca é o de não deixar que as diferenças façam com que alguns alunos fiquem para trás. Há que encontrar forma de atender o mais possível às particularidades de cada um, aos seus interesses, às suas motivações e fazer com que possam levar as suas capacidades ao limite. Este é talvez o maior desafio que hoje se coloca à escola. Para além de desenvolverem e potenciarem todas as suas capacidades, existe um Perfil definido para a saída da escolaridade obrigatória que não podemos de forma alguma ignorar; haverá até que valorizar cada vez mais as áreas de competência daquele perfil.

Queremos alunos mais criativos, mais empreendedores, mais colaborativos e interventivos, que saibam estar em grupo e que saibam trabalhar em equipa, respeitando e valorizando a diferença. Queremos, sobretudo, alunos com capacidade para exercer uma

cidadania ativa, participando na comunidade (escolar e alargada) e na vida cívica, com capacidade para pensar e agir sobre as questões ambientais, preocupados com a sustentabilidade do Planeta e que tenham comportamentos compatíveis com essa preocupação.

3.4. Relações humanas

As relações humanas nem sempre se baseiam no respeito mútuo. Os maiores problemas verificam-se ao nível do relacionamento entre alunos e estende-se, cada vez mais frequentemente, ao relacionamento aluno/professor e aluno/assistente operacional. A dificuldade em lidar com as figuras de autoridade e com o cumprimento de regras é cada vez mais evidente e motiva situações de indisciplina também cada vez mais usuais.

A linguagem usada por grande parte dos alunos na sua relação com os pares é repleta de palavrões e de expressões obscenas. Rapazes e raparigas fazem mesmo uso de linguagem ofensiva como forma de se imporem ou de agredirem o outro.

Os comportamentos de cordialidade básicos entre todos terão que ser instituídos como regra, lembrando que os adultos devem continuar a ser bons modelos para os mais novos. O cumprimento e a forma como nos dirigimos aos outros deve considerar-se uma regra básica de boa educação e de respeito mútuo. “Bom dia”, “boa tarde”, “obrigado”, “com licença”, “desculpe”, “por favor” têm que integrar o léxico do dia-a-dia.

Hoje, as relações humanas também se desmaterializaram. Os alunos relacionam-se de forma virtual através de redes sociais onde as regras de conduta são feitas por cada um e onde é possível assumir personagens que não existem, ou mesmo assumir a personalidade de alguém que não se é. Está por fazer um enorme trabalho de consciencialização para a absoluta necessidade de se manter a regra do respeito mútuo, independentemente do meio utilizado para se relacionar com o outro. São frequentemente transportados para a relação física, na escola, conflitos gerados nas redes e com os quais se torna muito difícil de lidar.

3.5. Indisciplina

O clima de escola é das mais importantes variáveis para o sucesso educativo. A indisciplina afeta o clima escolar, minando as relações pessoais e dificultando o trabalho quotidiano. O não cumprimento de regras básicas de comportamento na sala de aula e fora dela, a não assunção dos deveres de estudo, o não aproveitamento dos recursos que a sociedade e a escola colocam ao dispor dos alunos, afetam o funcionamento da escola e impedem os alunos e as turmas de atingir os seus objetivos educativos.

A indisciplina é vista, hoje, como um fenómeno de raiz social, o que não nos deve desmobilizar de procurarmos mecanismos eficazes de a combater, na medida em que continua a ser identificada como principal motivo dos resultados menos satisfatórios. O fenómeno que atingia particularmente a escola sede do Agrupamento, já vai tendo impacto considerável nos primeiros anos de escolaridade, sendo que a concentração de grande número de alunos no mesmo espaço parece ser potenciadora da indisciplina.

Com razões que são comuns a muitas escolas nos tempos de hoje (demissão de muitos pais das suas responsabilidades educativas, concorrência agressiva da “escola paralela” através de formas de comunicação que promovem comportamentos e valores duvidosos), a indisciplina que se vive nas escolas nem sempre se traduz em comportamentos sistemáticos de grande gravidade e violência, mas está disseminada. Verificam-se situações recorrentes de desrespeito pelas regras que perturbam gravemente o ambiente de trabalho da escola e que exigem mecanismos de resposta céleres e eficazes, a par de uma clara identificação de fatores precipitantes nos quais possamos interferir.

Será de equacionar, em sede de Regulamento Interno, a introdução de mecanismos que melhorem a consciência da gravidade dos atos e a previsão das consequências que daí podem advir.

Os alunos deverão ser cada vez mais envolvidos na conservação e manutenção das condições escolares existentes, assim como na criação de um bom clima escolar.

Deverão ser desafiadas as instituições locais no sentido de fazerem parte da solução, quer através de protocolos de colaboração em que as medidas disciplinares aplicadas a determinados alunos possam ter reflexo nos seus direitos dentro dessas instituições, quer

através do cumprimento de medidas de integração na escola e na comunidade junto de instituições locais.

4. Relação com a Comunidade

Foram dados passos importantes nos últimos anos. O Agrupamento é hoje uma Organização respeitada e com peso institucional. Melhorar e promover a imagem da escola e continuar a estabelecer protocolos e parcerias com entidades dentro e fora do concelho, são os aspetos que se mantêm prementes, a par da necessidade de promoção de atividades (e/ou serviços) dirigidas à comunidade. Deverá ser mantido o esforço de promoção da imagem do Agrupamento, associando-a a conceitos como credibilidade, conhecimento, inovação e qualidade.

A divulgação, junto da comunidade, das atividades desenvolvidas, dos projetos nacionais e internacionais em que o Agrupamento se envolve, assim como dos resultados escolares, deve ser uma prioridade assumida por todos os dinamizadores (envolvendo e responsabilizando os alunos), não apenas como estratégia de projeção mas, também, de prestação de contas. O estabelecimento de uma estratégia consistente de comunicação deve ser encarado como uma prioridade.

Nas iniciativas e atividades de maior visibilidade pública deverá estar presente o logótipo do Agrupamento, o que contribuirá para o reforço da identidade e da imagem pública de que a Organização deve manter e reforçar.

VIII. O que pretendemos

Que metas e que objetivos a atingir?

Metas a atingir nos próximos 3 anos

- I. Reduzir as ocorrências disciplinares (soma de todas as ocorrências registadas) em 25% face às registadas em 2017/2018.
- II. Continuar a diminuir o abandono escolar, mantendo-o em níveis inferiores à média nacional em cada nível de ensino.
- III. Obter resultados escolares que coloquem o Agrupamento acima das médias nacionais e regionais em todas as modalidades de avaliação externa.
- IV. Proporcionar uma boa preparação para o prosseguimento de estudos no ensino superior que permita o ingresso no ensino superior de 70% dos alunos que, em cada ano, frequentem o 12.º ano e manifestem essa intenção.
- V. Promover uma taxa de empregabilidade / prosseguimento de estudos superior a 75% nos cursos Profissionais.
- VI. Envolver pelo menos 50% dos alunos de cada turma em projetos e atividades regulares de complemento curricular.
- VII. Desenvolver, em cada ano, pelo menos 3 projetos de parceria entre níveis de ensino que promovam a aprendizagem na interação entre alunos de diferentes idades.
- VIII. Participar em projetos/concursos nacionais/internacionais, em pelo menos 4 áreas diferentes por ano (sendo uma delas o empreendedorismo / inovação).
- IX. Participação anual em pelo menos 2 projetos nacionais ou internacionais não contemplados no ano anterior.
- X. Publicação, em cada ano, por pelo menos 25% dos docentes do Agrupamento, de notícias sobre atividades desenvolvidas, nos jornais regionais e blogs institucionais.

Objetivos estratégicos e operacionais

1. Desenvolver uma atividade pautada pela exigência, rigor, disciplina e trabalho que contribua para a melhoria dos resultados.

1. Continuar a melhorar a articulação vertical e horizontal.
2. Reforçar o trabalho cooperativo e a partilha de experiências.
3. Garantir uma forte dimensão lúdica das AEC, favorecendo as diversas áreas do desenvolvimento.
4. Preparar os alunos para a transição entre ciclos.
5. Partilhar e incentivar as boas práticas.
6. Continuar a melhorar o clima de escola.
7. Fomentar o espírito de trabalho, exigência e rigor.
8. Melhorar os resultados escolares, reduzindo o desvio entre avaliação interna e externa.
9. Melhorar a taxa de conclusão nos cursos profissionalizantes.
10. Reduzir as situações de indisciplina na escola.
11. Fomentar o trabalho em equipa entre os docentes e não docentes.
12. Promover a leitura como pilar essencial para a construção do conhecimento e desenvolvimento das literacias.
13. Proporcionar uma formação adequada ao prosseguimento de estudos no ensino superior e à inserção no mercado de trabalho.
14. Avaliar a qualidade do serviço prestado pelo Agrupamento.

2. Reforçar o papel social e socializante da escola, assumindo um papel central na criação de oportunidades para todos, independentemente da sua condição.

1. Diversificar a oferta educativa e formativa.
2. Valorizar os alunos mais motivados e com expectativas mais elevadas.
3. Criar oportunidades de sucesso e alternativas pedagógicas formativas para os alunos menos motivados.
4. Garantir oportunidades de sucesso para todos os alunos.
5. Dinamizar e operacionalizar o Centro de apoio à Aprendizagem.
6. Promover abordagens alternativas ao currículo formal.

7. Valorizar o Ensino Artístico.
8. Valorizar a prática desportiva.
9. Assegurar uma adequada formação dos alunos no âmbito da Educação para a Cidadania.
10. Participar em projetos de voluntariado e solidariedade.
11. Promover a formação pessoal e social do aluno.
12. Valorizar competências dos domínios do saber e do saber fazer.
13. Reduzir o abandono escolar.
14. Assegurar o encaminhamento de jovens e adultos para ofertas de formação e de qualificação de acordo com as suas necessidades e interesses.

3. Envolver a comunidade no processo educativo, com participação particularmente ativa dos Pais e Encarregados de Educação.

1. Estender a relação escola/pais para além das reuniões.
2. Informar os pais acerca das atividades que irão decorrer na escola.
3. Promover atividades na Escola e pela Escola com a participação dos Encarregados de Educação.
4. Envolver os pais na resolução do problema da Indisciplina.
5. Incentivar a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos e do Agrupamento
6. Promover junto das famílias dos alunos do Agrupamento a valorização do conhecimento, da escola e dos seus profissionais.
7. Valorizar o papel educativo do Pessoal Auxiliar.
8. Promover o envolvimento do pessoal auxiliar no processo educativo
9. Envolver todos os elementos da comunidade educativa na resolução dos problemas da Indisciplina.
10. Continuar a promover na Comunidade Educativa sentimentos de pertença e “espírito de Agrupamento”.
11. Melhorar a perceção do funcionamento das cantinas escolares.
12. Implementar uma estratégia de comunicação.

4. Cativar e motivar os alunos envolvendo-os em projetos diversos e proporcionando-lhes atividades.

1. Garantir a oferta de atividades de complemento curricular diversificadas.
2. Motivar os alunos e melhorar as suas expetativas.
3. Sensibilizar os alunos para a importância do conhecimento, da formação e da qualificação.

5. Assumir o Agrupamento como pólo de dinâmicas culturais a nível local.

1. Promover a imagem do Agrupamento.
2. Promover iniciativas de carácter cultural e informativo abertas à comunidade.
3. Participar e co-organizar eventos culturais promovidos por outras instituições locais e regionais.

6. Manter e reforçar a rede de parceiros locais e regionais.

1. Reforçar as existentes e estabelecer novas parcerias.
2. Promover a interação e articulação com as forças vivas da comunidade.
3. Identificar as expetativas dos nossos parceiros.

IX. Como vamos atuar

Que instrumentos vamos utilizar?

Instrumentos indispensáveis à concretização do Projeto Educativo

Os documentos estruturantes da ação do Agrupamento incorporam as orientações do Projeto Educativo e concretizam os princípios e valores aqui preconizados, tendo em vista o cumprimento da missão a que nos propomos e a resolução das fragilidades identificadas.

São instrumentos estruturantes da nossa ação os seguintes:

- Regulamento Interno
- Plano (pluri)Anual de atividades
- Plano de Ação Estratégica (PNPSE)
- Estratégia de Escola de Educação para a Cidadania
- Projeto do Desporto Escolar
- Projeto Eco-escolas
- Plano de Atividades da Biblioteca Escolar
- Plano para a ocupação plena dos tempos escolares dos alunos
- Plano de Educação para a Saúde
- Plano de Formação do Agrupamento
- Plano de Desenvolvimento Europeu
- Plano de Ação para a Indisciplina
- Plano Estratégico do Centro Qualifica
- Relatório de Autoavaliação
- Planos de Melhoria (Avaliação Interna)
- Planos de Segurança (emergência e evacuação)

X. Pontos fortes e pontos fracos

Análise SWOT

Forças e Fraquezas vistos como fatores internos e **Oportunidades e Ameaças** como fatores externos.



Tópicos para a reflexão

- Quais pontos fortes que podem ser usados para maximizar as oportunidades identificadas?
- Quais pontos fortes que podem ajudar a minimizar o impacto das ameaças?
- Que medidas podemos tomar para minimizar as fraquezas através das oportunidades identificadas?
- Que ações podemos desenvolver para diminuir ou eliminar as fraquezas e minimizar o efeito das ameaças?

XI. Avaliação do projeto

Até onde chegámos?

A avaliação deve ser permanente para permitir uma retroação contínua, a qual pode levar e infletir a direção do projeto educativo. Cabe ao Diretor, sustentado pelo Conselho Pedagógico, garantir os mecanismos de autoavaliação que permitam determinar o grau de consecução dos objetivos estabelecidos.

De acordo com o art.º 13.º do Decreto-Lei 75/2008, caberá ao Conselho Geral acompanhar e avaliar a execução do Projeto Educativo.

XII. Revisão do projeto

Que novos caminhos seguir?

O Projeto Educativo é elaborado para um horizonte de 3 anos (art.º 9.º do Decreto-Lei 75/2008). Porém, o acompanhamento e avaliação do Projeto poderão justificar a sua revisão intercalar. A revisão deverá obedecer aos princípios e orientações subjacentes à elaboração do Projeto devendo, por isso, ser conduzida pelo Conselho Pedagógico e aprovada pelo Conselho Geral.

Anexo
Dados estatísticos

Contexto social

População do concelho de Bombarral (Censos 2011)

População	13193	
População ativa	5955	
Distribuição por ramo de atividades		
Setor primário	821	13,8%
Setor secundário	1113	18,7%
Setor terciário	3321	55,8%
Desempregados	700	11,8%
Nível de escolaridade		
Sem escolaridade	342	3%
Pré-escolar	317	2%
1.º Ciclo	4682	35%
2.º Ciclo	1397	11%
3.º Ciclo	2116	16%
Secundário	2155	16%
Pós Secundário	118	1%
Superior	1290	10%
Analfabetos	776	6%

Caracterização do Agrupamento

(Fonte: MISI)

Estabelecimentos (2018/19 - dados de final de 1º período)

Estabelecimento	Tipologia	N.º turmas	N.º alunos
Escola Básica e Secundária Fernão do Pó	EBS	43	1013
Escola Básica n.º 1 do Bombarral	JI + 1.º CEB	21	480
Escola Básica do Pó	1.º CEB	2	29
JI Q.ta S.to António (Bombarral)	JI	1	19
JI Vale da Várzea (Bombarral)	JI	2	32
JI do Pó	JI	1	28
Total	-	75	1601

Projeto Educativo

População escolar (2018/2019 - dados de final de 1º período)

Docentes	149
Pré-escolar	10
1º Ciclo	24
2º Ciclo	23
3º Ciclo/Secundário	76
Educação Especial	9
Pessoal Não Docente	43
Assistente Operacionais	32
Assistentes Técnicos	11
Alunos	1604
Pré-escolar	197
1º Ciclo	390
2º Ciclo	249
3º Ciclo (Geral + CEF)	381
Secundário	368
CCH	186
Profissionais	121
EFA	61
ASE	598
Escalão A	326
Escalão B	272
Alunos NEE*	119

*dados referentes a 2017/2018

Ofertas formativas (2018/19)

Ofertas formativas (Básico)	Ofertas formativas (Secundário)	Outras Ofertas
Curso Básico Geral (1.º, 2.º e 3.º Ciclos)	Artes Visuais	Formações Modelares
Curso Básico de Música (2.º e 3.º Ciclos)	Ciências e Tecnologias	RVCC
Curso Educação e Formação (3.º Ciclo)	Línguas e Humanidades	
PCA (7.º ano)	Ciências Socioeconómicas	
	CP Cozinha-Pastelaria	
	CP Desporto	
	CP Restaurante-Bar	
	CP Turismo Ambiental e Rural	
	Educação e Formação de Adultos	

Origem dos alunos

Naturalidade	Pré-Esc.	Bas	Sec	Total
Angola		8	1	9
Bélgica		2		2
Brasil	1	8	3	12
China		1		1
Alemanha		1		1
França		1	1	2
Índia		4	1	5
Itália		1		1
Luxemburgo	1	1		2
Moldávia		2		2
Moçambique		1		1
Holanda (Países Baixos)		1		1
Portugal	192	981	356	1529
Roménia	1	5		6
Ucrânia	2	1	2	5
Venezuela		1		1
África do Sul		2		2
Canadá			1	1
Suíça			3	3

Projeto Educativo

Habilitações académicas dos pais

	Pré-Escolar			Bas			Sec			Total	
	Mãe	Pai	Total	Mãe	Pai	Total	Mãe	Pai	Total		
Doutoramento	2		2	2		2				4	0,1%
Mestrado	5	1	6	15	3	18		1	1	25	0,8%
Licenciatura	35	18	53	158	81	239	30	19	49	341	10,9%
Bacharelato		1	1	9	10	19	9	3	12	32	1,0%
Pós-graduação	1	1	2	2		2	1		1	5	0,2%
Secundário	55	56	111	312	213	525	91	65	156	792	25,4%
Básico (3º ciclo)	67	53	120	268	222	490	87	66	153	763	24,5%
Básico (2º ciclo)	16	29	45	107	208	315	59	82	141	501	16,1%
Básico (1º ciclo)	2	10	12	58	81	139	28	50	78	229	7,4%
Sem Habilitações				1	3	4	3	2	5	9	0,3%
Formação Desconhecida	9	20	29	72	168	240	48	64	112	381	12,2%
Outra	4	8	12	10	7	17	3	1	4	33	1,1%
Total	196	197	393	1014	996	2010	359	353	712	3115	100%

Profissão dos pais

	Pré-Escolar			Bas			Sec			Total	
	Mãe	Pai	Total	Mãe	Pai	Total	Mãe	Pai	Total		
Oficiais das Forças Armadas					2	2		1	1	3	
Sargentos das Forças Armadas					5	5		1	1	6	
Outro Pessoal das Forças Armadas		1	1		1	1				2	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes superiores da Administração Pública, de organizações espe					5	4	9		3	3	12
Directores de serviços administrativos e comerciais	1	3	4	1	8	9				13	
Directores de produção e de serviços especializados	3	7	10	5	18	23	2	3	5	38	
Directores de hotelaria, restauração, comércio e de outros serviços	5	4	9	23	41	64	10	9	19	92	
Especialistas das ciências físicas,	2	7	9	10	15	25	4	6	10	44	

Projeto Educativo

matemáticas, engenharias e técnicas afins										
Profissionais de saúde	7	1	8	7	6	13	4	1	5	26
Professores	12	1	13	67	16	83	18	5	23	119
Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais	3	3	6	14	10	24	1		1	31
Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC)	1	3	4	2	10	12		2	2	18
Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	3	2	5	22	9	31	7	3	10	46
Técnicos e profissões das ciências e engenharia, de nível intermédio		4	4	4	15	19	1	6	7	30
Técnicos e profissionais, de nível intermédio da saúde	3		3	4	8	12	1	1	2	17
Técnicos de nível intermédio, das áreas financeira, administrativa e dos negócios	4		4	29	22	51	3	4	7	62
Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares	1	2	3	4	1	5		2	2	10
Técnicos das tecnologias de informação e comunicação				1	2	3	2	2	4	7
Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados	2		2	21	1	22	25	5	30	54
Pessoal de apoio directo a clientes	5	1	6	39	11	50	10	3	13	69
Operadores de dados, de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e relacionados com o registo	1	5	6	17	19	36	16	5	21	63
Outro pessoal de apoio de tipo administrativo	19	1	20	70	13	83	7	1	8	111
Trabalhadores dos serviços pessoais	17	8	25	64	25	89	14	5	19	133
Vendedores	27	4	31	88	45	133	34	18	52	216
Trabalhadores dos cuidados pessoais e similares	8		8	64	1	65	23	1	24	97
Pessoal dos serviços de protecção e segurança		14	14	2	36	38		5	5	57
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado	3	10	13	24	51	75	3	25	28	116
Trabalhadores qualificados da floresta, pesca e caça, orientados para o mercado		1	1					3	3	4
Agricultores, criadores de animais, pescadores, caçadores e coletores, de subsistência	2	1	3	4	8	12		4	4	19
Trabalhadores qualificados da construção		29	29	2	155	157		59	59	245

Projeto Educativo

e similares, excepto electricista										
Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares		12	12		54	54		23	23	89
Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos e similares		1	1	4	4	8	1	4	5	14
Trabalhadores qualificados em electricidade e em electrónica		7	7		23	23		7	7	37
Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato	6	7	13	70	24	94	11	5	16	123
Operadores de instalações fixas e máquinas	1	2	3	16	14	30	6	4	10	43
Trabalhadores da montagem		1	1	1	5	6		2	2	9
Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis		11	11	6	94	100	3	39	42	153
Trabalhador de limpeza	1		1	20	1	21	14		14	36
Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	5	10	15	13	25	38	10	8	18	71
Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria transformadora e transportes				14	11	25	11	2	13	38
Assistentes na preparação de refeições	4		4	16	1	17	2	1	3	24
Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares		5	5	1	13	14	1	3	4	23
Outra	50	29	79	260	169	429	115	72	187	695
Total	196	197	393	1014	996	2010	359	353	712	3115

Evolução das taxas de sucesso

Evolução das taxas de transição com referência aos valores nacionais

		2014/2015		2015/2016		2016/2017		2017/2018	
		AEFP	Nacional	AEFP	Nacional	AEFP	Nacional	AEFP	Nacional
1º Ano		95,2%	100%	95,74%	100.0 %	96,84%	100.0 %	98,98%	100.0 %
2º Ano		81,1%	89,6%	88,18%	90.4 %	87,5%	92.0 %	92,45%	92.8 %
3º Ano		84,8%	95,6%	87,88%	96.9 %	94,74%	97.7 %	97,65%	97.7 %
4º Ano		89,8%	97,4%	87,93%	97.5 %	96,18%	97.9 %	91,15%	98.0 %
		87,7%	95,7%	89,9%	96,2%	93,8%	96,9%	95,1%	97,1%
5º Ano		88,4%	90,7%	96,97%	92.4 %	100,0%	93.3 %	97,04%	93.8 %
6º Ano		86,3%	90,1%	95,35%	92.7 %	99,06%	93.8 %	96,55%	94.5 %
		87,4%	90,4%	96,2%	92,6%	99,5%	93,6%	96,8%	94,2%
7º Ano		80,3%	83,7%	83,92%	86.4 %	81,06%	87.8 %	87,6%	89.4 %
8º Ano		80,6%	89,2%	86,61%	91.5 %	97,56%	92.9 %	89,09%	92.5 %
9º Ano		91,5%	88,2%	80,19%	89.9 %	92,92%	92.4 %	91,87%	92.3 %
		84,1%	87,0%	83,6%	89,3%	90,5%	91,0%	89,5%	91,4%
CCH	10º Ano	95,0%	85,0%	82,76%	84.6 %	90,0%	84.6 %	82,69%	85.3 %
	11º Ano	91,4%	88,4%	98,21%	91.3 %	95,56%	90.8 %	93,65%	91.9 %
	12º Ano	78,9%	67,5%	74,07%	68.0 %	77,78%	70.3 %	85,11%	70.3 %
		88,4%	80,3%	85,0%	81,3%	87,8%	81,9%	87,2%	82,5%
CP	10º Ano	100%	97,9%	100,0%	98.2 %	100,0%	98.1 %	100,0%	98.3 %
	11º Ano	100%	99,1%	100,0%	99.2 %	100,0%	99.2 %	100,0%	99.0 %
	12º Ano	63,6%	65,4%	77,78%	65.9 %	94,74%	72.4 %	100,0%	73.4 %
		87,9%	87,5%	92,6%	87,8%	98,2%	89,9%	100,0%	90,2%

Resultados em avaliações externas

Taxa de níveis positivos nas provas do 4.º ano

	2011/12		2012/13		2013/14		2014/15	
	AEFP	Nacional	AEFP	Nacional	AEFP	Nacional	AEFP	Nacional
Português	84,1%	80,0%	53,0%	53,0%	87,5%	81%	88%	86%
Matemática	47,7%	56,0%	59,0%	68,0%	60,8%	64%	55%	70%

Resultados obtidos nas provas de 6.º e 9.º ano

	Matemática - 6.º ano					Português - 6.º ano			
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15		2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Positivas	46%	47%	41%	63%	Positivas	80%	57%	74%	74%
Negativas	54%	53%	59%	37%	Negativas	20%	43%	26%	16%
Média	51	44,5	47%	42,9	Média	59,1	49,1	56	60,9
Média nac.	54	49	47%	59,6	Média nac.	59	52	58	65,6

	Matemática - 9.º ano					Português - 9.º ano			
	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18		2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
Positivas	38%	39%	40%	31%	Positivas	75%	66%	72%	85%
Negativas	62%	61%	60%	69%	Negativas	25%	34%	28%	15%
Média	44	43	44	34	Média	56,2	54,6	55,2	60,1
Média nac.	48	47	53	47	Média nac.	58	57	58	66

Resultados obtidos nos Exames Nacionais do ensino secundário

	2014/15			2015/16			2016/17			2017/18		
	AEFP	Nac	Dif.	AEFP	Nac.	Dif.	AEFP	Nac.	Dif.	AEFP	Nac.	Dif.
Biologia e Geologia (702)	87	89	-2	115	101	14	122	103	19	115	109	6
Físico-química A (715)	110	99	11	123	111	12	104	99	5	115	106	9
Geografia A (719)	129	112	17	122	113	9	128	110	18	140	116	24
História A (623)	101	107	-6	127	95	32	128	103	25	120	95	25
Matemática A (635)	109	120	-11	113	112	1	100	115	-15	116	109	7
Português 639	113	110	3	114	108	6	99	111	-12	116	110	6
Filosofia (714)	123	108	15	133	107	26	131	107	24	105	111	-6
Economia A (712)	156	115	41	118	110	8	123	121	2	152	113	39
Alemão (501)	-	-	-	86	116	-30	122	121	1	149	141	8
MACS (835)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	075	102	-27

Taxas de colocação no ensino superior e empregabilidade

Taxas de colocação no ensino superior

	2015	2016	2017	2018
Taxa colocação	96%	88%	98%	90%
Opção média	2,78	1,80	1,73	1,67
1ª Opção	37%	63%	62%	58%
2ª Opção	11%	14%	19%	27%
3ª Opção	15%	9%	10%	9%
4ª Opção	22%	9%	6%	4%
5ª Opção	4%	2%	2%	2%
6ª Opção	11%	0%	2%	0%

Situação dos alunos que concluíram percursos profissionalizantes em 2017/18

	Total alunos que concluíram	Prosseguimento estudos	Trabalhar na área profissional	A trabalhar no local da FCT
CP Turismo Ambiental e Rural	6	2	3	1
CP Restauração (var. cozinha-pastelaria)	10	4	6	0

Escola Básica e Secundária Fernão do Pó
Escola Básica n.º 1 de Bombarral (Centro Escolar)
Escola Básica do 1.º Ciclo de Pó
Jardim de Infância de Pó
Jardim de Infância Quinta de Santo António
Jardim de Infância Vale da Várzea



171347